

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

SUMÁRIO

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	2
2. PLANOS ADMINISTRADOS.....	3
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	6
4.1 Títulos públicos.....	6
4.2 Fundos de Investimento.....	7
4.3 Investimentos imobiliários.....	7
4.4 Operações com participantes.....	7
4.5 Permanente.....	7
4.6 Patrimônio Social.....	8
4.7 Apuração do Resultado.....	9
4.8 Custeio Administrativo.....	9
5. REALIZÁVEL.....	9
5.1 Gestão Previdencial.....	9
5.2 Gestão Administrativa.....	9
6. INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS.....	11
6.1 Títulos de Renda Fixa.....	11
6.2 Fundos de Investimento.....	13
6.3 Investimentos imobiliários.....	13
6.4 Operações com participantes.....	13
6.5 Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor.....	14
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	14
8. EXIGÍVEL OPERACIONAL.....	15
8.1 Gestão Previdencial.....	15
8.2 Gestão Administrativa.....	16
8.3 Investimentos.....	16
9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL.....	17
10. PATRIMÔNIO SOCIAL.....	17
11. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL.....	18
12. GESTÃO ASSISTENCIAL.....	19
12.1 Aplicações.....	19
12.2 Créditos de operações com plano de saúde.....	20
12.3 Outros Créditos a Receber de Longo Prazo.....	21
12.4 Intangível.....	21
12.5 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	22
12.6 Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	23
12.7 Provisões para ações judiciais.....	23
12.8 Tributos e Encargos sociais a recolher.....	24
12.9 Débitos Diversos – Circulante.....	24
12.10 Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos.....	24
12.11 Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora.....	24
12.12 Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados.....	25
12.13 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde.....	26
12.14 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.....	26
12.15 Provisão para Perdas Sobre Créditos.....	27
12.16 Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora.....	27
13 OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND).....	27
14 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	28



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, regida pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e tem a sua atuação voltada para a concessão e administração de planos de benefícios complementares aos da Previdência Social e aos da Seguridade do Servidor Público Federal.

Complementar à atividade principal, a entidade administra um plano de assistência à saúde. Sobre o assunto cabe destacar que, em 26/01/2016, foram publicadas no Diário Oficial da União, a Resolução Operacional RO n.º 1.979/2016 e a Portaria n.º 7.811/2016, ambas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A primeira, instituindo o Regime de Direção Fiscal na CAPESESP e a segunda, nomeando a Sra. Fabiana Pereira de Moraes Moura para exercer a função de Diretora Fiscal na Entidade.

A decisão da Diretoria Colegiada da referida Agência Reguladora pela instauração da Direção Fiscal (Ofício n.º 37/2016/PRESI) teve por base o entendimento do Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE (Ofício n.º 163/2015/DIRAD/DIOPE/ANS), de que a CAPESESP não cumpriu, por três meses consecutivos, as metas necessárias para a continuidade do seu Plano de Adequação Econômico-Financeira – PLAEF, protocolado em 09/05/2014, considerando-o ainda cancelado, pela insuficiência de Ativos Garantidores Vinculados junto à ANS.

Da decisão exarada em junho/2015, a CAPESESP interpôs dois Recursos Administrativos e protocolou um Aditamento ao último Recurso protocolado, visando rever a referida decisão, apresentando pedido excepcional de acolhimento de novas metas para prosseguimento de PLAEF, diante de fatos novos ocorridos que impactaram diretamente na situação econômico-financeira de seu Plano de Benefícios Assistenciais.

Apesar dos esforços empenhados pela CAPESESP, o posicionamento da Diretoria Colegiada da ANS é o de que as anormalidades vivenciadas deveriam ser sanadas de forma



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

“integral e imediata” e que o pedido de continuidade do PLAEF, com outras metas, não poderia ser deferido, motivo pelo qual foi aprovada a instauração da Direção Fiscal.

O Regime Especial de Direção Fiscal vem disciplinado pela ANS na Resolução Normativa - RN n° 316, de 30/11/2012, a qual estabelece em seu artigo 2º que sua instauração ocorre quando forem detectadas anormalidades econômico-financeiras ou administrativas que coloquem em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.

É importante destacar que a Direção Fiscal abrange única e exclusivamente o Plano de Benefícios Assistenciais da CAPESESP, nos termos do que dispõe a Instrução Conjunta SPC/ANS n.º 1, de 01/12/2008 e que o Diretor Fiscal, pela natureza de sua função, não mantém com a Entidade qualquer vínculo ou relação de emprego e, ainda, não detém poderes para a prática de quaisquer atos de gestão, exercendo suas atribuições na qualidade de representante da ANS, efetuando análise da organização administrativa e da situação econômico-financeira, assim como da qualidade do atendimento aos beneficiários.

Em julho de 2016, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, por meio de sua Diretora Fiscal, determinou que fosse apresentado em 30 (trinta) dias um Programa de Saneamento Financeiro, visando resolver em 36 (trinta e seis) meses o problema existente.

O referido Programa foi apresentado no prazo determinado e foi sugerido sua aprovação pela Diretora Fiscal, junto a ANS e vem sendo acompanhado mensalmente.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A CAPESESP administra três planos de benefícios previdenciais, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela Previc. Adicionalmente, a Entidade possui um Plano de Gestão Administrativa e um Plano Assistencial.

- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde** - CNPB n.º 19.840.002-92, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP** - CNPB nº 19.840.001-11, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- **Plano de Pecúlios** – CNPB nº 19.790.055-83, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- **Plano de Gestão Administrativa** - tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da CAPESESP, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo conforme Ata 04 de 30/04/2010.
- **Plano de Assistência à Saúde** - registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sob o nº 324.477 e na PREVIC sob o nº 40.118.400-92. O plano oferece aos seus associados benefícios relacionados à assistência médica e odontológica. Adicionalmente a entidade submete-se às disposições da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e às operadoras de planos de saúde.

Dentre os principais normativos utilizados para registro das operações previdenciais, destacam-se a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 12, de 19/08/2013, Instrução n.º 34, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Instrução nº 25, de 17 de dezembro de 2015 e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e alterações posteriores. Em relação aos registros contábeis decorrentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

da atividade assistencial, a legislação vigente é a Resolução Normativa 418 de 28 de dezembro de 2016 da Diretoria Colegiada da ANS e alterações posteriores.

De acordo com as normas emanadas pela PREVIC, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial** de forma consolidada evidenciando os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** de forma consolidada evidenciando as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** por plano de benefícios evidenciando a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** por plano de benefícios evidenciando as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** de forma consolidada evidenciando o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício; e
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** por plano de benefícios evidenciando a composição das Provisões Técnicas.

De acordo com as normas emanadas pela ANS, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial;**
- **Demonstração do Resultado do Exercício;**
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido; e**
- **Demonstração de Fluxo de caixa.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a CAPESESP opera. A Entidade não possui ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data do fechamento das suas Demonstrações Contábeis.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e Participação no Fundo Administrativo PGA”

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Títulos públicos

Nas operações previdenciais, os títulos obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002:

I - Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição.

II - Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade Fechada de Previdência Complementar de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Em linha com a Resolução CMN 3.792/2009, em seu Artigo 30, parágrafo 2º, item I, os títulos da dívida pública mobiliária federal são isentos da necessidade de avaliação prévia de risco.

As valorizações e desvalorizações são registradas, mensalmente, em conta própria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

4.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas.

4.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários foram registrados pelo valor de custo, corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os seus saldos são ajustados por reavaliação, sendo a última realizada e registrada em dezembro de 2014, de acordo com o estabelecido na Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009. Os montantes foram deduzidos por depreciação calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil remanescente do bem, estabelecido no laudo de reavaliação. A depreciação foi registrada mensalmente, em contrapartida ao resultado do programa de investimentos.

4.4 Operações com participantes

Os empréstimos concedidos a participantes são amortizáveis em parcelas mensais, sendo estas determinadas no ato da contratação do empréstimo, calculadas com base em taxa de juros pré-fixada. O registro do saldo é efetuado pelo valor principal acrescido dos encargos devidos até a data do balanço. A remuneração referente a juros está registrada na receita de operações com participantes, sendo fixada com base na taxa mensal definida pela Entidade.

4.5 Permanente

O Ativo Imobilizado foi registrado pelo valor de custo, sendo os respectivos saldos corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os saldos foram reduzidos por depreciação acumulada pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Estão classificados como Intangível os sistemas informatizados adquiridos pela Entidade, sendo os mesmos amortizados pelo método linear, à taxa de 20% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

4.6 Patrimônio Social

4.6.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

4.6.2 Superávit Técnico Acumulado

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais.

O excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade foi registrado como Reserva de Contingência na conta Superávit Técnico, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas constituídas.

Com base de CNPC 22 de 25/11/2015, houve alteração na forma de distribuição do excedente patrimonial. A Reserva de Contingência passou a ser calculada com base na duração do Passivo do Plano de Benefícios.

4.6.3 Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Previdenciais – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

- Administrativo – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

4.7 Apuração do Resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam inclusas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

As despesas administrativas são rateadas entre as atividades previdenciais e assistenciais, em percentuais previamente estabelecidos e constantes do orçamento da CAPESESP conforme exposto no item 5.2.1.

4.8 Custeio Administrativo

O custeio administrativo é calculado com base em percentuais próprios incidentes sobre as contribuições do respectivo plano de benefícios previdenciais, conforme limites estabelecidos na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

5 REALIZÁVEL

5.1 Gestão Previdencial

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é composto basicamente por valores devidos pelos participantes, patrocinadores e pelos autopatrocinados relativos a contribuições do mês e parcelas em atraso.

5.2 Gestão Administrativa

Dos valores registrados no Realizável da Gestão Administrativa, R\$ 7.290.383,34 referem-se a 93,5% das despesas administrativas de responsabilidade do Plano Assistencial que, por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

motivos operacionais, são pagas pelo PGA e reembolsadas no mês subsequente, conforme evidenciado no Passivo Circulante – Débitos Diversos do Plano Assistencial.

5.2.1 Metodologia de custeio

As informações a seguir apresentam a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com o Regulamento do PGA.

Considerando os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo:

- Plano de Benefícios da Funasa: custeio equivalente a 9% das contribuições e benefícios;
- Plano de Benefícios da Capesesp: custeio equivalente a 0,55% dos recursos garantidores;
- Plano de Pecúlio: custeio equivalente a 9% das contribuições e benefícios

Além dos limites de custeio, foram definidos os percentuais de rateio das despesas administrativas de responsabilidade de cada plano. Do total das despesas, 93,5% foram custeadas pelo Plano Assistencial, e 6,5% pelos Planos Previdenciais sendo este composto da seguinte forma:

PLANO DE BENEFÍCIOS	PERCENTUAL
FUNASA	4,50%
CAPESESP	0,70%
PECÚLIOS	1,30%
TOTAL	6,50%

O resultado apurado entre o custeio e a despesa efetiva resultou na reversão de R\$ 202 mil no Fundo Administrativo Consolidado, sendo reversão de R\$ 344 mil e R\$ 50 mil nos PBP Funasa e Plano de Pecúlio respectivamente e acréscimo R\$ 192 mil no PBP Capesesp.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil

Gestão Administrativa	2016	2015
A) Fundo Administrativo Inicial	8.706	8.458
Custeio da Gestão Administrativa	76.498	65.048
Despesas Administrativas	76.700	64.800
B) Fundo Administrativo Final	8.504	8.706

6. INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS

6.1 Títulos de Renda Fixa

Os títulos classificados nessa categoria obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002. Foram avaliados e contabilizados de acordo com as informações prestadas pelo Agente Custodiante – Itaú Unibanco S.A., CNPJ n.º 60.701.190/00001-04. Em 31 de dezembro, estão distribuídos como segue:

TÍTULOS	Em R\$ Mil	
	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	308.637	259.240
. Notas do Tesouro Nacional	277.424	243.637
. Letras do Tesouro Nacional	31.213	15.603
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	24.765	41.788
. Certificado de Depósito Bancário	18.968	36.378
. Debêntures	5.797	5.410
TOTAL	333.402	301.028



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

I - Títulos para negociação

Categoria: títulos para negociação					
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2021	4.829	5.957
LFT	SELIC	Pós fixado	01/09/2021	10.270	11.790
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2022	11.908	13.466
CDB	CDI	Pós fixado	24/01/2017	6.675	6.917
CDB	CDI	Pós fixado	23/02/2017	3.577	3.644
CDB	CDI	Pós fixado	24/03/2017	8.342	8.407
Total				45.601	50.182

II - Títulos mantidos até o vencimento

						Em R\$ mil
TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CUSTO	VALOR MERCADO	
Categoria: títulos mantidos até o vencimento						
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2017	1.377	1.694	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2018	30.554	35.701	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2019	16.538	18.359	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2020	22.616	27.231	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2021	5.866	6.177	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2022	16.550	19.383	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2023	15.208	17.617	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2024	43.432	52.037	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2026	11.136	11.481	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2030	32.957	39.248	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2035	18.838	21.064	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2040	7.164	8.581	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2045	4.050	4.390	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2050	3.958	4.712	
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2055	4.148	4.491	
NTN	PRE	Pré fixado	01/01/2018	5.244	5.260	
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/07/2019	1.602	1.923	
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/02/2022	3.242	3.870	
Total				244.479	283.220	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

6.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas e lastreado em Títulos Públicos Federais.

6.3 Investimentos imobiliários

A carteira de Investimento Imobiliário está composta da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ Mil	
	2016	2015
EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO	23.246	23.792
.Terrenos	2.583	2.583
.Construções	20.663	21.209
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	29.561	30.117
.Terrenos	3.058	3.058
.Construções	26.424	26.980
.Aluguéis	79	79
TOTAL	52.807	53.909

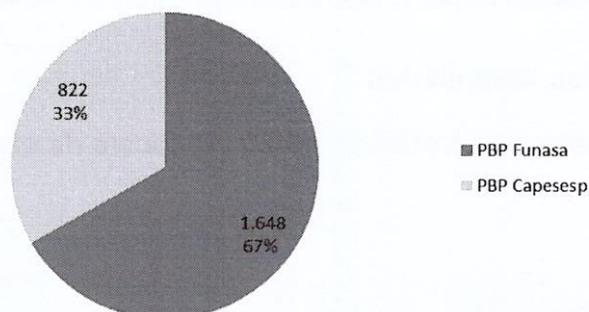
6.4 Operações com participantes

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios Funasa e Capesesp. Do montante concedido, R\$ 2.470 mil estão registrados no Realizável de Investimentos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Realizável - Empréstimos a receber
R\$ mil



6.5 Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor

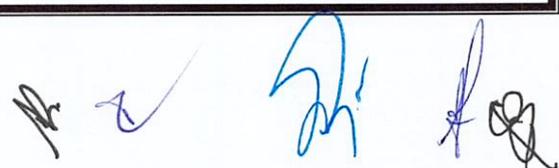
Em R\$ mil

POR EMISSOR	PBP Funasa	PBP Capesesp	PBP Peculio	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	21.454	11.644	2.978	253	36.329
Créditos Privados e Depósitos	2.628	1.179	177	-	3.984
Fundos de Investimentos	-	-	-	664	664
Investimentos Imobiliários	64	11	-	-	75
Empréstimos e Financiamentos	381	131	-	-	512
RENTABILIDADE POR PLANO	24.527	12.964	3.155	917	41.564

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Os softwares constituem o ativo intangível. São bens destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	
Bens	Taxa anual
	%
Computadores e Periféricos	20%
Maquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

8.1 Gestão Previdencial

O saldo existente nesse grupo possui a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil
Benefícios a pagar	321
Retenções a recolher	77
Outros*	706
Total	1.104

**Em atendimento ao item 30 - k) da Instrução MPS-SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, esclarecemos que em outubro de 2014 o condomínio onde funciona a sede da CAPESESP, na Av. Marechal Camara nº 160 – Centro – RJ, decidiu, em Assembleia Geral Extraordinária, pela modernização do sistema de ar condicionado central. Foi verificado o custo individual por sala e à CAPESESP coube a quantia de R\$ 505.372,74. Esse valor foi integralmente contabilizado como obrigação da Gestão Previdencial e será pago em parcelas mensais até janeiro de 2021. O saldo remanescente em dezembro/16 totaliza R\$ 395.378,31.*

Além disso, a conta "Outros" possui o montante de R\$ 311 mil que está sendo analisado pela Entidade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

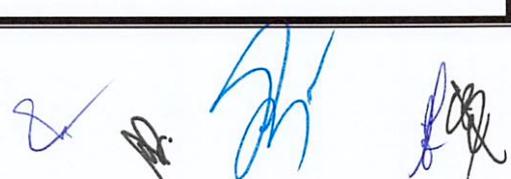
8.2 Gestão Administrativa

Em cumprimento ao Regime de Competência, 77% do valor registrado como Obrigação da Gestão Administrativa referem-se a compromissos decorrentes da Folha de Pagamento dos empregados da CAPESESP, como salários para pagamento no mês subsequente, provisões e encargos.

Descrição	Em R\$ mil	
	2016	2015
CONTAS A PAGAR	6.031	5.356
. Folha de pagamento	1.383	1.246
. INSS	320	255
. FGTS	265	237
. Indenizações trabalhistas	-	1
. Provisão de férias	3.727	3.316
. Fornecedores	260	145
. Diversos	76	156
RETENÇÕES A RECOLHER	832	666
. INSS	175	160
. Imposto de Renda na Fonte	543	451
. Contribuição Sindical - Funcionário	31	1
. Pensão Alimentícia	8	8
. ASCAP	32	29
. PIS/COFINS/CSLL - Serviços	25	15
. IR- Terceiros	10	-
. INSS - Terceiros	4	-
. ISS - Terceiros	4	2
OUTROS EXIGÍVEIS	1.493	735
TOTAL	8.356	6.757

8.3 Investimentos

O montante de R\$ 257 mil decorre da quantia provisionada para quitação do empréstimo concedido aos participantes na ocorrência de morte.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Previdencial e Administrativa, na qual a mesma era Ré, na ordem de R\$ 35 mil e R\$ 5 mil respectivamente. Tais valores foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como “provável” pelos advogados responsáveis

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

10.1 Provisões Matemáticas

Consistem no valor dos compromissos futuros assumidos, apurados e registrados ao final do exercício.

Neste grupo estão registrados os valores relativos a “Benefícios Concedidos” e “Benefícios a Conceder”, que foram determinados mediante avaliações atuariais elaboradas pela empresa independente de Atuária, contratada pela CAPESESP, devidamente habilitada junto aos órgãos competentes.

10.2 Equilíbrio Técnico

Em dezembro de 2016, o excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade foi registrado com base na duração do Passivo do Plano de Benefícios.

10.3 Fundos

a) Fundo Previdencial

O saldo de R\$ 31.928 mil refere-se aos planos Previdenciais Funasa e Capesesp, sendo R\$ 5.089 mil e R\$ 26.839 mil respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

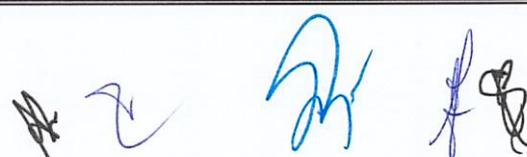
b) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da CAPESESP. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

11. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL



DESCRIÇÃO	FUNASA	CAPESESP	PECULIOS	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO	
							2016
ATIVO	252.134	119.553	27.792	16.865	-	8.504	407.839
DISPONÍVEL	84	68	47	104			302
REALIZÁVEL	252.050	119.485	27.745	14.930	-	8.504	405.706
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.680	657	819				4.156
GESTÃO ADMINISTRATIVA	6.899	742	863	8.853	-	8.504	8.852
Participação no PGA	6.899	742	863		-	8.504	-
Contas a Receber				8.783			8.782
Despesas Antecipadas				70			70
INVESTIMENTOS	242.471	118.086	26.063	6.077			392.697
Títulos Públicos	180.500	101.375	24.702	2.060			308.637
Créditos Privados e Depósitos	15.158	8.248	1.361				24.766
Fundo de Investimentos				4.017			4.017
Investimentos Imobiliários	45.166	7.641					52.808
Empréstimos	1.647	822					2.470
Outros	-						-
PERMANENTE				1.831			1.831
Imobilizado				1.142			1.142
Intangível				689			689
PASSIVO	252.134	119.553	27.792	16.865	-	8.504	407.839
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.088	197	90	8.356	-		9.731
GESTÃO PREVIDENCIAL	824	190	90				1.104
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-			8.356			8.356
INVESTIMENTOS	264	7					271
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	35			5			40
PATRIMÔNIO SOCIAL	251.011	119.356	27.702	8.504	-	8.504	398.068
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	239.022	118.614	-				357.636
PROVISÕES MATEMÁTICAS	192.580	94.858					287.439
Benefícios Concedidos	98.608	28.067					126.676
Benefícios a Conceder	93.972	66.791					160.763
EQUILÍBRIO TÉCNICO	46.442	23.756					70.197
Resultados Realizados	46.442	23.756					70.197
Superávit Técnico Acumulado	46.442	23.756					70.197
FUNDOS	11.989	742	27.702	8.504	-	8.504	40.432
FUNDOS PREVIDENCIAIS	5.089		26.839				31.928
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	6.900	742	863	8.504	-	8.504	8.504



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**12. GESTÃO ASSISTENCIAL**

O valor da Gestão Assistencial apresentado no Balanço Patrimonial Previdencial está detalhado no Balanço Patrimonial Assistencial. Os fatos relevantes estão destacados a seguir:

Balanço Patrimonial - Ativo**12.1 Aplicações**

Descrição	Em R\$ Mil	
	2016	2015
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	68.180	60.067
Aplicações Livres	-	1.492
TOTAL	68.180	61.559

As aplicações garantidoras têm como objetivo lastrear as Provisões Técnicas estabelecidas nas Resoluções Normativas nº 392 e nº 419. A CAPESEP encerrou o exercício de 2016 com a necessidade de lastro no montante de R\$ 127.675.274,08, ou seja, com um déficit de R\$ 59.495.211,67.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

12.2 Créditos de operações com plano de saúde

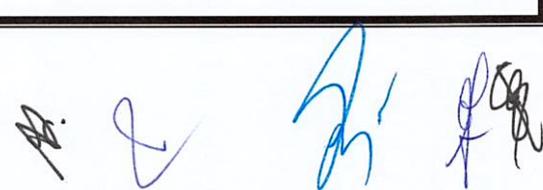
Descrição	Em R\$ Mil	
	2016	2015
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER		
.Contraprestação de Assistência Médico Hospitalar	33.670	24.706
Patrocinador	10.387	9.298
Participante	23.283	15.408
.Contraprestação de Assistência Odontológica	195	178
.Provisão para perdas sobre créditos	-10.208	-12.292
TOTAL	23.657	12.592

Desde agosto de 2016, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), responsável pelo processamento da folha de pagamento dos servidores públicos, em função dos cálculos de margem consignável, tem rejeitado o desconto em contracheque de algumas contribuições para o Plano de Saúde, fato que justifica o aumento significativo dos valores pendentes de recebimento por parte do participante.

A parte que cabe aos Patrocinadores está sendo repassada integralmente no início do mês subsequente pelo Ministério do Planejamento.

A redução da Provisão para Perdas sobre Créditos decorre da mudança de critério conforme orientação da Diretora Fiscal da ANS. Até outubro/2016 a CAPESESP entendia que, uma vez o associado possuindo dívida vencida a mais de 90 dias, a totalidade dos seus débitos, inclusive com menos de 90 dias, devia ser contabilizado para perdas.

Na Instrução Diretiva nº 11 a Diretora Fiscal destacou que a CAPESESP vinha fazendo a Provisão para Perdas com o valor maior do que o necessário, uma vez que bastava considerar os débitos vencidos a mais de 90 dias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em novembro/16, refizemos os cálculos e o novo critério resultou numa reversão de PPSC de R\$ 2.865.000,00.

Descrição	Em R\$ Mil	
	2016	2015
OUTROS CRÉDITOS DE ASSISTÊNCIA		
.Partic. dos Benef. em Eventos de Assist. Med. Hospitalar	5.067	4.050
.Partic. dos Benef. em Eventos de Assist. Odontológica	45	38
.Utilizações Futuras	-	2.009
.Financiamento de débito	604	866
.Outros	381	652
.Provisão para perdas sobre créditos	-2.168	-2.427
TOTAL	3.929	5.188

12.3 Outros Créditos a Receber de Longo Prazo

Em 2015, com a aprovação do Conselho Deliberativo, foi efetuado o registro contábil do recebível de R\$ 33.540.606,06 (trinta e três milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e seis reais e seis centavos), referente à Cota Extra Especial cobrada do Associado nas hipóteses de término de cada um dos convênios ou quando do desligamento do associado ou de seus dependentes, o que ocorrer primeiro.

Em 2016, em atendimento a Instrução Diretiva nº 11, a CAPESESP providenciou o expurgo do saldo remanescente contabilizado a título de cota extra.

12.4 Intangível

A Resolução Normativa nº 322, de 27 de março de 2013 estabeleceu que a partir de janeiro de 2013 os gastos com PROMOPREV não poderiam mais ser registrados como Ativo Intangível e os valores ativados até 31 de dezembro de 2012 poderiam ser mantidos até sua completa amortização em um período máximo de cinco anos.

Dessa forma, o montante de R\$ 693 mil será amortizado integralmente até dezembro/17.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Balço Patrimonial – Passivo

12.5 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Neste grupo estão registradas as obrigações junto a Rede Credenciada, reembolso ao Sistema Único de Saúde – SUS e a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

a) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS

Esta provisão é efetuada com base nas informações disponíveis no sítio da ANS.

Após a notificação dos valores devidos, a CAPESESP efetua as análises e, caso haja, efetua as impugnações necessárias. Até o momento, a totalidade do débito encontra-se negociado, parcelado e vem sendo pago mensalmente.

b) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Nesta provisão estão registrados os valores avisados das despesas médicas encaminhadas pelos prestadores de serviço, que ainda não foram quitadas.

Em 2016 verifica-se um aumento significativo do montante pendente de pagamento justificado principalmente pela redução do recebimento financeiro das contraprestações de assistência à saúde conforme exposto no item 12.2.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA

Provisão necessária para fazer frente aos eventos ocorridos e que a operadora ainda não tenha tomado conhecimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Até dezembro/16 a CAPESESP efetuou o registro contábil da PEONA com base na legislação vigente observando o maior entre os seguintes valores:

I – 9,5% (nove vírgula cinco por cento) do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido; e

II – 12% (doze por cento) do total de sinistros/eventos indenizáveis na modalidade de preço preestabelecido, nos últimos 12 (doze) meses.

A partir de janeiro/17, conforme estabelecido na RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015, as Operadoras de Grande Porte deverão calcular a PEONA através de metodologia atuarial.

12.6 Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo encontra-se registrado principalmente o saldo remanescente referente ao ressarcimento dos funcionários cedidos, conforme notificação nº 06/2010/TCE /Portaria/nº317/Audit/Presi, datada de 25 de julho de 2011 emitida pela Funasa, em resposta a reconsiderações efetuadas pela CAPESESP, solicitando o ressarcimento dos valores devidos, em virtude da cessão de dez servidores no período compreendido entre dezembro/1990 a setembro/2002, já acrescidos de juros e correção monetária. Os valores envolvidos foram provisionados até março de 2012.

12.7 Provisões para ações judiciais

Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Assistencial, na qual a mesma era Ré, na ordem de R\$ 1.703 mil. Tais valores foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como “provável” pelos advogados responsáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

12.8 Tributos e Encargos sociais a recolher

Neste grupo registram-se todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal, tais como Imposto de Renda sobre folha de pagamento e sobre serviços de terceiros, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre cessão de mão-de-obra, ISS a recolher, dentre outros.

12.9 Débitos Diversos – Circulante

O montante de R\$ 7.290 mil refere-se às despesas administrativas que foram custeadas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA) no mês de dezembro/2016 e que será reembolsado no mês subsequente.

Demonstração do Resultado do Exercício

12.10 Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos

Valores das mensalidades do plano de saúde para fazer jus às despesas assistenciais.

Em conformidade ao Princípio da Competência, as receitas de contraprestações por parte dos participantes e patrocinadoras necessitam ser registradas contabilmente independentemente do efetivo recebimento financeiro.

12.11 Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora

A redução das despesas com tributos em relação ao ano de 2015 deve-se ao fato da CAPESESP estar depositando judicialmente a Contribuição Previdenciária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Processo nº 0157559-89.2016.4.02.5101 onde a CAPSESP pretende amparada no art. 151, II, do Código Tributário Nacional (CTN) e no art. 202 do Provimento nº 011, de 04 de abril de 2011, do Eg. TRF da 2ª Região, promover o depósito judicial dos valores vencidos relativos à contribuição previdenciária do art. 22, III, da Lei nº 8.212/1991, controvertida na presente ação.

12.12 Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados

Este grupo contempla as despesas com eventos conhecidos/indenizações avisadas com assistência médico-hospitalar e odontológica, as glosas e as recuperações por coparticipação.

Abaixo demonstramos as despesas assistenciais, por grupo de classificação em conformidade ao anexo – capítulo I – modelo de publicação das notas explicativas, constantes da Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES
 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais / Familiares pós Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria							
Rede Contratada	28.793.147,86	71.737.598,62	5.858.948,43	63.358.639,57	233.416.324,11	60.904.832,88	464.069.491,47
Reembolso							
Intercâmbio Eventual							
TOTAL	28.793.147,86	71.737.598,62	5.858.948,43	63.358.639,57	233.416.324,11	60.904.832,88	464.069.491,47

O total geral deve ser equivalente ao total da conta 41111106

Neste quadro não estão contempladas as despesas odontológicas e com o Sistema Único de Saúde - SUS que totalizaram R\$ 3.425.036,25 em 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

12.13 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Em 2016, este grupo contábil demonstrou uma redução significativa em relação ao ano de 2015. Ressaltamos que em 2015 ocorreu a apropriação integral da receita com a cota extra conforme descrito no item 12.3.

Atendendo a solicitação da Diretora Fiscal da ANS, a CAPESESP, em 2016, expurgou esse montante. Fato que pode ser observado no grupo contábil 4413 - Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.

Em 29 de agosto de 2016, com a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade, a Diretoria Executiva submeteu à aprovação da ANS o Programa de Saneamento Financeiro – PSF, contendo uma série de medidas com o objetivo de, até junho de 2019 (36 meses contados de agosto/2016, data base do programa), equacionar o problema econômico-financeiro pelo qual a CAPESESP vem passando desde quando teve início, em 2009, a determinação para constituição das chamadas Reservas Técnicas definidas na legislação.

Dentre as medidas com impacto imediato para o associado, foi instituído um aporte financeiro sob a forma de cota extra, aplicado para cada associado inscrito no Plano de Saúde até o dia 01/10/2016 valor equivalente à soma das contribuições do grupo familiar (titular, dependentes naturais e econômicos) e agregados, conforme cada caso, multiplicada por 3 (três), sendo este valor dividido em 32 prestações, a serem cobradas a partir de dezembro de 2016 o que justifica a receita demonstrada neste grupo contábil.

12.14 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Conforme esclarecido nos itens 12.3 e 12.13 reforçamos que neste grupo foi registrado o expurgo da cota extra integral apropriada em 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

12.15 Provisão para Perdas Sobre Créditos

Saldo impactado pela reversão da Provisão para Perdas Sobre Crédito no montante de R\$ 2.865 mil conforme descrito no item 12.2.

12.16 Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora

Registramos neste grupo principalmente as despesas com outras operadoras que operam em conjunto com a CAPESESP no atendimento aos beneficiários sob a condição de Reciprocidade.

13 OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)

Em 1991, a ABRAPP moveu ação judicial em favor de suas associadas, dentre elas a CAPESESP, contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento, sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. A ação tratava da utilização do Índice de Preços ao Consumidor – IPC em substituição ao BTN, para fins de atualização daqueles títulos.

Em primeira instância a ação foi julgada improcedente. Entretanto, após diversas tentativas em favor de suas associadas, a ação transitou em julgado favoravelmente à ABRAPP.

A PREVIC, em 14 de outubro de 2011, por meio do Ofício nº 4631/2011/CGMC/DIACE/PREVIC manifestou-se contrária à contabilização da ação judicial sobre expurgos inflacionários. A CAPESESP, atendendo aos princípios contábeis, bem como a indefinição do montante a ser contabilizado não procedeu ao registro da referida ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de janeiro de 2017 ocorreu o encerramento da Direção Fiscal e após o primeiro ano de análises, a CAPESESP não foi cientificada de qualquer irregularidade apontada pela ANS.

Diante do porte e da complexidade da operadora, a ANS instaurou nova Direção Fiscal, com a posse ocorrida em 01 de março de 2017 para o acompanhamento presencial do Programa de Saneamento.



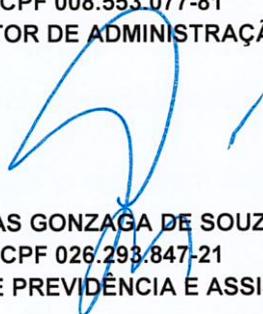
JOÃO PAULO DOS REIS NETO
CPF 216.446.833-34
DIRETOR PRESIDENTE



ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO CRESPO
CPF 008.553.077-81
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO



EDUARDO INACIO DA SILVA
CPF 776.472.117-49
DIRETOR FINANCEIRO



ENEAS GONZAGA DE SOUZA
CPF 026.293.847-21
DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA



ALINE DOS SANTOS FAVARIO
CPF 076.810.007-04
CONTADORA
CRC/RJ 091802/O-8